

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARGARIDA APARECIDA DE SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE
CAMPESSINA**

LARANJEIRAS DO SUL – PR

2014

MARGARIDA APARECIDA DE SOUZA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CAMPESSINA

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, da UFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista

Orientadora: Rosângela Valachinski Gandin

LARANJEIRAS DO SUL - PR

2014

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CAMPESSINA

SOUZA, Margarida Aparecida¹
GANDIN, Rosangela Valachinski²

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo contribuir com levantamento de dados sobre o motivo que tem levado os jovens do campo a desmotivação da vida campestre e gerar dados para que a escola possa contribuir com propostas de atividades que minimizam a realidade desses jovens, fazendo com que eles possam perceber que poderão exercer suas profissões em atividades econômicas ligadas à terra. A metodologia contou com explicação sobre o estudo e aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas para 50 estudantes matriculados em uma escola do campo, situada em assentamento, no centro-oeste do estado do Paraná. A análise dos dados apontou que 48 estudantes não têm interesse em permanecer no campo após a conclusão do Ensino Médio, porque tem o desejo de ir morar e procurar trabalho que não esteja ligada à terra. Conclui-se que os jovens estudantes, apesar de terem nascidos no campo, não possuem a identidade campestre, por isso, manifestaram o desejo de exercer profissões não ligadas à terra e que a escola do campo tem o papel fundamental de gerar trabalhos pedagógicos que permitam o estudante refletir que ele poderá buscar cursos superiores ligados à terra.

Palavras-chave: Identidade Campestre. Educação para a vida no campo. Trabalho no campo.

1. INTRODUÇÃO

A questão que motivou o trabalho é resultado da observação *in locu*, numa escola estadual que atende adolescentes de um assentamento, no estado do Paraná, que ao longo do ano letivo foi percebido que os estudantes não têm interesse em permanecer no campo, dando continuidade ao trabalho dos seus pais, demonstrando assim a falta de consciência política de toda a luta pela terra.

Por isso, o objetivo deste trabalho é contribuir com levantamento de dados sobre o motivo que tem levado os jovens do campo a desmotivação e a vida campestre e gerar dados para que a escola possa contribuir com propostas de

¹ Agente Educacional II da rede estadual de ensino do estado do Paraná. E-mail: marga2849@hotmail.com.

² Pedagoga da Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: gandin_valachinski@yahoo.com.br.

atividades que minimizam esse fato, fazendo com que eles possam perceber que poderão exercer suas profissões em atividades econômicas ligadas à terra.

2. SITUANDO O CAMPO BRASILEIRO

De acordo com Fernandes (1988), nosso país conheceu uma intensa transformação em sua agricultura a partir de 1965, quando os governos militares implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo, causando transformações profundas através do privilegio a agricultura capitalista e detrimento a agricultura camponesa.

De um lado, surgiram as transformações tecnológicas e a agricultura passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, consolidando o processo de industrialização da agricultura e promovendo o crescimento do trabalho assalariado. Por outro lado, o campo brasileiro foi se transformando em um espaço de conflitos intensos devido ao crescimento das desigualdades econômicas.

Segundo Fernandes (1998), esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a história da luta pela terra e criando uma crise política que persiste até a atualidade.

Entre os fatores da crise desse modelo estão, por exemplo, a não realização da Reforma Agrária; a concentração do poder político pela bancada ruralista; a política de privilégios à agricultura capitalista e a consequente destruição da agricultura camponesa; a rápida e violenta transformação do campo brasileiro com a expulsão de um grande número de famílias que migraram para as cidades e para diferentes regiões brasileiras; o surgimento de inúmeras famílias sem terra; a extrema violência com que são tratados os conflitos fundiários; a persistência de empresários rurais na utilização do trabalho escravo; a concepção tecnicista e economicista de desenvolvimento da agricultura; o crescimento contínuo da violência no campo e os diferentes problemas ambientais causados pela intensa exploração agrícola.

Outros fatores também impulsionaram esse modelo de modernização, conforme destaca Fernandes (1998), ou seja: o avanço da industrialização e do crescimento urbano; o intenso processo de transformação de sua estrutura produtiva; as qualidades crescentes de créditos agrícolas que financiaram a

modernização tecnológica para alguns setores da agricultura; o desenvolvimento do comércio agrícola com a expansão do mercado interno; a mundialização da economia; o protecionismo por meio de subsídios fiscais destinados a projetos agropecuários à liberação de mão de obra para a agricultura capitalista com o êxodo rural e ainda conforme apontou aquele autor os dados da Organização das Nações Unidas – ONU - demonstram que nosso país é o segundo com maior índice de concentração de terra do mundo e o maior com nível de desigualdade social.

2.1 Luta pela terra, por reforma agrária

Com a expansão do capitalismo no campo e com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra tornou-se uma luta contra a essência do capital, isto é a expropriação e a exploração.

Sendo o desenvolvimento capitalista desigual e contraditório, este não foi capaz de conter apenas um modelo de relação social, pois o sujeito que vendia sua força de trabalho para as indústrias e empresas privadas deixou de suprir toda a demanda, então, a luta pela Reforma Agrária foi em direção a construção de novas formas de organização social que possibilitaram a conquista da terra, de trabalho e da propriedade familiar, indo em direção a construção da propriedade coletiva dos meios de produção e construindo novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento da luta pela terra.

De acordo com Martins (1984), esse autor relata que com a militarização da questão agrária, os militares tentavam administrar o enorme conflito social que cobria o país inteiro. Por isso, as lutas dos movimentos sociais surgem com uma realidade completamente nova no campo.

A luta pela terra, pela propriedade da terra e por direitos, são características fundamentais das experiências de resistência, construídas dia a dia pelos trabalhadores Sem Terra. Mexer no direito de propriedade implica em mudanças de poder. Esta é a essência da questão, conforme afirma Martins:³

³ **Estatuto da Terra** é a forma como legalmente se encontra disciplinado o uso, a ocupação e as relações fundiárias em cada país.

A racionalidade econômica e política dominante correspondem, no Brasil, a um verdadeiro pacto de classes que exclui da cena política os trabalhadores rurais, como meio de protelar uma transformação no direito de propriedade, que alteraria na raiz as bases de sustentação dos grandes latifundiários, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação do capital assumem em nosso país. (MARTINS, 1984, p.17).

Ainda, houve uma grande derrota da luta pela reforma agrária durante a elaboração da Constituição de 1988, porque o país tomou como referenciado o Estatuto da Terra. Apesar de a sociedade organizada apresentar uma emenda popular com mais de um milhão e duzentas mil assinaturas, acabou por prevalecer os interesses dos latifundiários.

Nesse sentido reforça Tonelli (1993):

As forças conservadoras conseguiram aprovar um dispositivo genérico, tornado a propriedade produtiva intocável. A viabilização da reforma agrária ficou condicionada à aprovação de uma lei regulamentando estes artigos da Constituição e de outra Lei Complementar definindo o Rito Sumário das desapropriações. (TONELLI, 1993, p.12)

Com a derrota sofrida na Constituição, iniciaram as ações de diversas entidades pró Reforma Agrária e dos movimentos sociais, que por sua vez resultou a Lei Agrária, que foi sancionada em 25 de fevereiro de 1993.

2.2 Retrospectiva histórica do MST e dados sobre assentamentos

Um dos movimentos sociais mais representativos que nasceu nesse processo foi o Movimento dos Sem Terra - MST. As referências históricas sobre sua origem são as ocupações de terras realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Das várias ocupações de terra em todo o Brasil e do crescimento das formas de organização, resultou a fundação do MST em 1984, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, tornando-se o MST, um dos maiores e organizados movimentos sociais do Brasil.

Sua fundação se deu em um contexto político no qual o duro regime militar do período 1960-1985 do século XX, chegava ao fim, permitindo à sociedade civil brasileira uma abertura política para reivindicações e debates. Neste contexto de

redemocratização do país, em 1985 surgiu a proposta para a elaboração do primeiro PNRA (Plano Nacional da Reforma Agrária) e sua segunda versão (II PNRA) foi proposta apenas em 2003.

Conforme bem esclarece Fernandes (2000), o MST nasceu da ocupação da terra e tem nesta ação seu instrumento de luta contra a concentração fundiária e o próprio Estado. Segundo este autor, pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os Sem-Terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais.

Por isso, os objetivos do MST, para além da Reforma Agrária, estão no bojo das discussões sobre as transformações sociais importantes ao Brasil, principalmente àquelas no tocante à inclusão social. Se por um lado existiram avanços e conquistas nesta luta, ainda há muito por se fazer, ou seja, em termos de desapropriação e assentamento, seja em relação à qualidade da infraestrutura disponível às famílias já assentadas, porque do Brasil colonial - da monocultura – ao Brasil contemporâneo - do agronegócio⁴ em pleno século XXI, o que prevalece é a concentração fundiária, o que traz à tona a necessidade da discussão e da luta política como a defendida pelo MST.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o número de famílias assentadas nos últimos 25 anos é de cerca de 370 mil, sendo criados neste mesmo período 551 assentamentos.

Assim a Reforma Agrária está entre tantas outras reformas que a sociedade brasileira tanto almeja para uma agenda de erradicação da miséria e da desigualdade, valorizando a função social da terra.

2.3 Latifúndio, territorialização e identificação dos Sem Terra

Finalmente, poderia afirmar-se incluso que a combinação de um forte crescimento demográfico e da capacidade do sistema industrial urbano para absorver todos os excedentes de mão de obra que cria a modernização capitalista no campo, está em vias de recriar uma economia camponesa como refugio para milhões de habitantes do campo que no contexto estrutural da modernização impede que conquistem a terra completamente. (CHONCHOL, 1994, p. 419).

⁴ Agronegócio pode ser definido pela relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária.

No Brasil, os camponeses foram construindo sua identidade camponesa ,juntamente com sua história nas comunidades que se formaram, nos assentamentos, através das convivências do dia a dia, das experiências vividas no cotidiano e no convívio escolar, cada sujeito foi absorvendo a cultura local onde cada um procurou construir sua identidade de acordo com as culturas locais.

Estes camponeses procuravam construir a sua identidade com este novo espaço, mas através de uma transposição de sua cultura. Esta construção, esta busca ainda não cessou se pensarmos que são os descendentes destes, que se organizaram, se manifestaram, construíram um movimento social.

Segundo destaque do autor Medeiros (2004) os colonos (camponeses) lá chegaram no final do século XIX e princípio do século XX, como pioneiros desbravando terras, abrindo clareiras nas matas, sobrevivendo num mundo para muitos deles desconhecido, construíram cidades e desenvolveram regiões. Eles não desistiram quando a modernização da agricultura chegou ao Planalto Gaúcho e a soja ocupou seu espaço de sobrevivência.

Os camponeses procuraram novas alternativas, alguns partindo para outras áreas distantes levando sua tradição e sua experiência camponesa, Houve aqueles que ficaram e que não desistiram diante da dificuldade, diante da luta pelo seu direito de ter acesso a terra. Eles se organizaram, reivindicaram, resistiram e venceram criando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, hoje existente em praticamente todo nosso país.

No processo de desenraizamento e de busca de enraizamento estes agricultores assentados, na condição de migrantes, vêem suas múltiplas raízes se partirem ao perderem sua paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, de louvar a Deus. Conforme destaca Weil (1979):

O desenraizamento configura-se como o desencontro do ser naquilo que lhe é dado tradicionalmente como substancial para pertencer a um grupo social. Por outro lado o enraizamento, considerado como uma das mais difíceis necessidades do ser humano a ser definida, é ao mesmo tempo a mais importante e a mais desconhecida. Cada "indivíduo tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro" (WEIL, 1979, p.137).

Além disso, os indivíduos encontram também dentro de sua própria cultura, espaços diferenciados aos quais se articulam, constroem e reconstroem referências de uma forma permanente, tanto para si como para o outro.

Os camponeses assentados buscam a volta ao processo produtivo do qual foram excluídos. Procuram uma nova forma de produzir e de organização no campo, de se relacionar com o ambiente, de resgatar conhecimentos esquecidos e de retomar por meio da produção, da cultura e da organização político-econômico-social de seu território, uma autonomia que lhes foi “tirada”. O processo de re-territorialização em um espaço estranho ao indivíduo por si só, já é carregado de uma série de dificuldades, tanto econômicas, quanto pessoais e emocionais. Isto porque, o processo de desterritorialização é marcado como uma etapa muito penosa na vida do agricultor Sem Terra. É o momento em que o agricultor é expropriado não só de seus bens materiais, mas de toda uma identidade construída a partir do trabalho com a terra, que por sua vez, na maioria dos casos era a única por eles conhecida.

Neste momento sua identidade territorial sofre um grande impacto, chegando a certos casos a ocasionar o abandono da luta e a volta a “*seu lugar de origem*”. Os conflitos com o poder local nos primeiros momentos de *vida* dos assentamentos contribuem para o agravamento das dificuldades impostas aos agricultores assentados. Podem apresentar uma série de dificuldades econômicas, estruturais, locais e políticas transformadas em motivo de lutas e reivindicações, que contribuíram de certa forma para o atraso no seu desenvolvimento.

A forma de desenvolvimento no campo proposta pelo MST mostra-se como uma alternativa viável a re-territorialização daqueles que desterritorializados buscaram novas formas para se enraizarem a terra. São novos territórios, mais abertos e multiculturais, proporcionando assim maior liberdade de opções e de manifestações de pluridentidades.

Dentro dessa luta pela conquista do espaço social e do território, através da organização dos movimentos sociais, de seus sujeitos, de suas contradições e perspectivas, que convém considerar a dimensão de poder que se faz presente tanto no espaço local quanto no global. A paisagem será dessa forma o cenário revelador das relações sociais e de inter-relação existente entre as mesmas, bem como do desenvolvimento do processo de produção para o atendimento das necessidades de consumo da sociedade.

3. METODOLOGIA

Optou-se pela pesquisa exploratória para melhor conhecer o perfil do público entrevistado, utilizando-se de questionário, pois tinha-se como propósito obter maior fidelidade das respostas e:

- verificar a participação de sua família na ocupação da terra no ano de 1996, ou, se as terras foram compradas;
- para diagnosticar se os mesmos tinham identidade camponesa;
- saber onde moravam antes de vir para o assentamento;
- saber já eram proprietários de terras ou de casa na zona rural;
- identificar a origem da renda atual, isto é: se conseguem tirar da terra o sustento ou se há necessidade de complementação com outro trabalho;
- conhecer se os estudantes após a conclusão do ensino médio ou de curso superior, pretendem continuar ou não morando no campo, bem como o motivo da sua escolha.

Participaram da pesquisa 50 estudantes, matriculados no 3º ano do Ensino Médio, com faixa etária entre 15 a 22 anos, de um colégio estadual do campo, situado em um assentamento do centro oeste do estado do Paraná, no período de 01 a 15/12/2013.

A coleta de dados ocorreu com a entrega do questionário na aula da disciplina de História. Após a entrega, a pesquisadora deu explicações sobre a pesquisa e celebrou com os participantes, o contrato de compromisso de devolução do questionário preenchido, devendo ser os mesmos entregues na biblioteca do Colégio.

O assentamento foi fundado na madrugada do dia 17 de abril de 1996, com mais de três mil famílias, vindas de 72 municípios diferentes, que por sua vez, ocuparam uma área latifundiária.

A desapropriação de 16.800 mil hectares de terras aconteceu, somente, no dia 16 de janeiro de 1998, com a publicação do decreto de desapropriação. No início – 17/04/1996 - eram 3048 famílias cadastradas, transformando-se em um assentamento com 1500 famílias, tendo em vista que houve desistência algumas famílias em ocupar a terra.

No assentamento, as famílias foram divididas em grupos de quinze até vinte e cinco famílias, as quais se espalharam no interior da área, alojando-se em seus lotes. As casas eram improvisadas de lona preta, tábuas desdobradas pelos próprios assentados. Pequenos chiqueiros, galinheiros, entrevarias, poteiros, também, foram improvisados e os assentados iniciaram a criação de animais como galinhas, suínos, bovinos e outros. Nessa época começaram a ser organizadas as comunidades as quais compõem hoje os três assentamentos que foram subdivididos dos 16.800 mil hectares de terras, as quais foram desapropriadas do latifundiário.

No decorrer, algumas famílias, após a conquista da terra, venderam ou trocaram seu lote, retornando para a cidade. Atualmente, nessa comunidade da pesquisa, residem hoje aproximadamente 540 famílias.

O Município em que está situado o assentamento, pertence a região Centro Oeste do estado do Paraná e possui aproximadamente 16 mil habitantes. A grande maioria da população é assentado e de acordo com o IBGE (2007), a economia é baseada na agricultura e na pecuária.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para analisar as respostas encontradas nas perguntas 03, 04 e 05 foi utilizado como critério de análise, a aproximação das respostas, para posterior categorização, sendo que para as perguntas 01, 02, 04 e parte da 05, apenas, foram computadas as respostas.

Em relação a conquista da terra, o estudo revelou que 70% dos estudantes indicaram que os seus pais conseguiram a terra por meio de assentamento, sendo que 30% dos 50 estudantes participantes, afirmaram que os seus pais compraram a terra, conforme consta na tabela 01.

TABELA 01 – CONQUISTA DA TERRA

Categoria	Nº respostas	Percentual
Adquiriu a terra por ser assentado	35	70%
Adquiriu a terra por meio de compra	15	30%
Total de participantes	50	100%

No que se refere sobre a residência anterior das famílias, a pesquisa demonstrou que 54% têm sua origem no campo, enquanto que 46 % têm a origem na zona urbana, conforme tabela 02.

TABELA 02 – RESIDÊNCIA ANTERIOR À CONDIÇÃO DE ASSENTADOS

Resposta à pergunta: Antes de residir em terreno de assentamento, sua família residia em:	Nº respostas	Percentual
Zona Rural	27	54%
Zona Urbana	23	46%
Total de participantes	50	100%

Em relação aos rendimentos mensais antes de serem assentados, em resposta a pergunta “sua renda era proveniente do que” os estudantes responderam que as famílias de origem da zona rural, isto é 54%, trabalhavam e moravam no próprio local de trabalho e tiravam daí a renda mensal, enquanto que os assentados de origem urbana, num total de 46%, moravam em vilarejos ou favelas e exerciam diferentes profissões.

Ao serem questionados como a família compõe o rendimento mensal, 54% dos estudantes responderam que a família tem o seu rendimento mensal por meio de atividades ligadas à terra, sendo que a comercialização do leite tem demonstrando uma boa alternativa para compor a renda familiar e 46 % responderam que a renda mensal não é proveniente de atividades ligada à terra, conforme demonstra a tabela 03.

TABELA 03 – RENDIMENTO MENSAL APÓS A CONDIÇÃO DE ASSENTADOS

Pergunta: Você consegue retirar seu sustento da terra ou necessita de outra atividade:	Nº respostas	Percentual
Sim	27	54%
Não	23	46%
Total de participantes	50	100%

As rendas mensais das famílias que não tiram o sustento de atividades ligadas à terra, conseguem por meio de trabalhos realizados, tais como: serviço em um frigorífico próximo do assentamento, diaristas em outros lotes, serventes de pedreiro, carpintaria e trabalhos ligados a própria escola, conforme destaca a tabela 04.

TABELA 04 – ORIGEM DO RENDIMENTO MENSAL DAS 23 FAMÍLIAS QUE NÃO TIRAM O SUSTENTO DE ATIVIDADES LIGADAS À TERRA.

Descrição da atividade realizada	Nº respostas	Percentual
Serviços no frigorífico – abate de animais	5	21,7 %
Serviços de carpintaria	7	30,4%
Servente de pedreiro	5	21,7 %
Serviços da escola - PSS	4	17,5%
Serviços da escola - Estatutária	2	8,7%
Total de participantes	23	100%

Ao serem questionados sobre as perspectivas após a conclusão do ensino médio, apenas, 02 estudantes, ou seja, 4% afirmaram que pretendem ficar no campo, enquanto que 96%, ou seja, 48 estudantes, afirmaram que não desejam permanecer no campo, conforme tabela 05.

TABELA 05 – PERSPECTIVAS DOS PARTICIPANTES APÓS A CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO.

Pergunta: Vocês pretendem permanecer no campo, após a conclusão dos estudos?	Nº respostas	Percentual
Sim	02	4 %
Não	48	96 %
Total de participantes	50	100%

Os 48 participantes da pesquisa demonstraram grande interesse em ir para a cidade e dar sequência nos estudos, ingressando em curso superior e conseguir um emprego para tirar seu sustento, enquanto estudam, para posteriormente, após formados, dedicarem-se a profissão. De acordo com a tabela 06, 32 estudantes têm interesse em ir para a cidade e lá ter um trabalho autônomo, depois de concluir o

ensino superior ou um Curso Técnico Profissionalizante, 06 na área da construção civil e 10 como professores.

TABELA 06 – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS DOS 48 PARTICIPANTES QUE NÃO DESEJAM RESIDIR NO CAMPO

Profissões que desejam seguir	Nº respostas	Percentual
Trabalhar por conta própria /autônomos	32	66,65%
Construção civil (pedreiro/carpinteiro/servente de pedreiro)	06	12,5%
Professores	10	20,85%
Total de participantes	48	100%

E dentre os 32 estudantes que afirmaram trabalhar como autônomos, nenhum escolheu uma profissão ligada às atividades do campo. 11 estudantes manifestaram o desejo de continuar o estudo na área de exatas e tecnologia, 05 na área jurídica, 03 na área da saúde e 06 jovens estudantes desejam ingressar na educação, enquanto 07 jovens, ainda não escolheram a profissão, porém, afirmaram o desejo de tornar-se autônomos, conforme tabela 07.

TABELA 07 – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS DOS 32 PARTICIPANTES QUE DESEJAM TRABALHAR POR CONTA PRÓPRIA/AUTÔNOMOS

Profissões	Nº respostas	Percentual
Engenharia Civil	03	9,37%
Licenciatura em Matemática	02	6,26%
Direito	05	15,62%
Técnico em Informática	06	18,75%
Técnico em Enfermagem	03	9,37%
Licenciatura em História	02	6,25%
Licenciatura em Artes Visuais	04	12,50%
Ainda não sabem que profissão seguir	07	21,88%
Total de participantes	32	100%

Enfim, os dados apontados esclarecem os desejos profissionais dos jovens adolescentes, sendo a escolha da maioria, atividades não ligadas à terra.

5. CONCLUSÃO

Percebe-se que com a pesquisa bibliográfica foi possível compreender a identidade dos povos que fazem parte do movimento social MST, bem como conhecer sua história, sua trajetória de luta e conquista da terra.

Ao analisar os dados obtidos, verificou-se que a perspectiva dos filhos dos camponeses, que embora tenham nascido no campo ou residem ali há muito tempo, não possuem o perfil camponês, tendo em vista que seus interesses estão voltados na probabilidade de residir na zona urbana, após concluir o ensino médio ou curso superior. O resultado vai ao encontro das palavras Weill (1979) que indicou que os assentados migrantes estão em busca da sua identidade, por isso, os jovens estudantes não conseguem relacionar que podem procurar profissões que tratem das atividades ligadas à terra, bem como aplicar outras profissionais nas atividades ligadas à terra.

Com isso, o presente estudo cumpriu o seu objetivo, ou seja, o objetivo de contribuir com levantamento de dados, sobre o motivo que tem levado os jovens do campo a desmotivação da vida campesina e gerar dados para que a escola possa contribuir com propostas de atividades que minimizam a desmotivação de seus jovens, fazendo com que eles possam perceber que poderão exercer suas profissões em atividades econômicas ligadas à terra.

Por isso, o estudo aponta a em regime de urgência, a necessidade de reflexão com jovens estudantes, sobre a importância das atividades econômicas ligadas à terra, para que eles tenham o entendimento de que no campo podem ter uma vida digna e de qualidade e aplicar os conhecimentos obtidos em curso superior nas atividades desenvolvidas pelo assentamento, sejam de origem de cursos superiores correspondentes as atividades econômicas específicas da terra ou de outros Cursos Técnicos Profissionalizantes.

Como consideração final, acredita-se que propostas de trabalho tais como: estudo do modo de produção capitalista e as relações de trabalho ligadas a subordinação e a inferiorização da classe trabalhadora de modo que, o conhecimento empírico possa ser vinculado aos conhecimentos extremamente escolares, tornando-o conhecimento mais vivo e útil aos jovens; criação de grupos

de estudos nas Escolas do Campo que debatam a influência da mídia na sociedade contemporânea, fazendo com que os jovens reflitam sobre como os recursos utilizados pelos meios de comunicação, acabam influenciando o consumo e direcionando as escolhas profissionais; e estudo da profissão de agronomia, medicina veterinária, engenharia florestal, aquicultura, Direito, engenharia de alimentos, topografia, geologia, administração, enfermagem, medicina, licenciatura entre outros cursos Técnicos Profissionalizantes, e sua aplicação no campo.

Enfim, para concluir, o presente estudo não esgota toda a discussão sobre a questão da desmotivação dos jovens estudantes em relação a escolha de profissões que não estão ligadas à terra, contudo, poderá ser utilizado pela escola como um dos indicadores para repensar o Projeto Político Pedagógico, o currículo e a metodologia de ensino.

REFERÊNCIAS:

CALDART, Roseli **Por Uma educação do Campo: Identidades e Políticas Públicas**, Brasília, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo, Cortez, 2001.

CHONCHOL, J. **Sistemas Agrários da América Latina**: de La etapa prehispanica a La modernizacion conservadora. Santiago, Fondo de cultura Econômica, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e desenvolvimento do MST**. Gráfica e Editora Peres. São Paulo, SP, 1998.

MARTINS, J.S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **O Rio Grande do Sul e a busca pela Reforma Agrária**. In *Rio Grande do Sul – Paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2004.

MONTEIRO, Gilmar. O maior assentamento de sem terra do Brasil num dos maiores latifúndios do Paraná. Monografia. Unijuí/RS, 2001.

SANTOS, Milton. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 2002.

SIVEIRA, M.L. (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. S.P., Hucitec/ANPUR, 2002.

SOUZA, MARIA Antonia de. **Educação e Movimentos Sociais do Campo**, Curitiba PR, 2010.

TONELLI, P. **Lei Agrária: um instrumento para combater o latifúndio e democratizar o acesso a terra**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1993.

VENDRAMINI, Regina Célia, **Escola em Assentamentos Rurais p. 145: O desafio na Relação entre trabalho e ensino** (artigo apresentado no IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais), Araraquara-SP, 2010.

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos**. R.J, Paz e Terra, 1979.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS

1) Sua família participou da conquista da terra ou é comprador?

() assentado () comprador

2) Antes de residir em terreno de assentamento, sua família residia em:

() zona Rural () Zona Urbana

3) Sua renda era proveniente do que:

4) Você consegue retirar seu sustento da terra ou necessita de outra atividade:

() Sim () não

Se não justifique sua resposta:

5) Vocês pretendem permanecer no campo:

() sim () não

Justifique sua resposta: